



MONITOR ECONÔMICO – nº 15 SINDREDE – 23/10/2023

Fonte: Em todos os casos, a fonte utilizada é o Tesouro Nacional. No presente Boletim, utilizou-se o Siconf e os relatórios do FNDE. Todos os dados dizem respeito aos números consolidados da prefeitura de Belo Horizonte até o final do segundo quadrimestre dos respectivos anos.

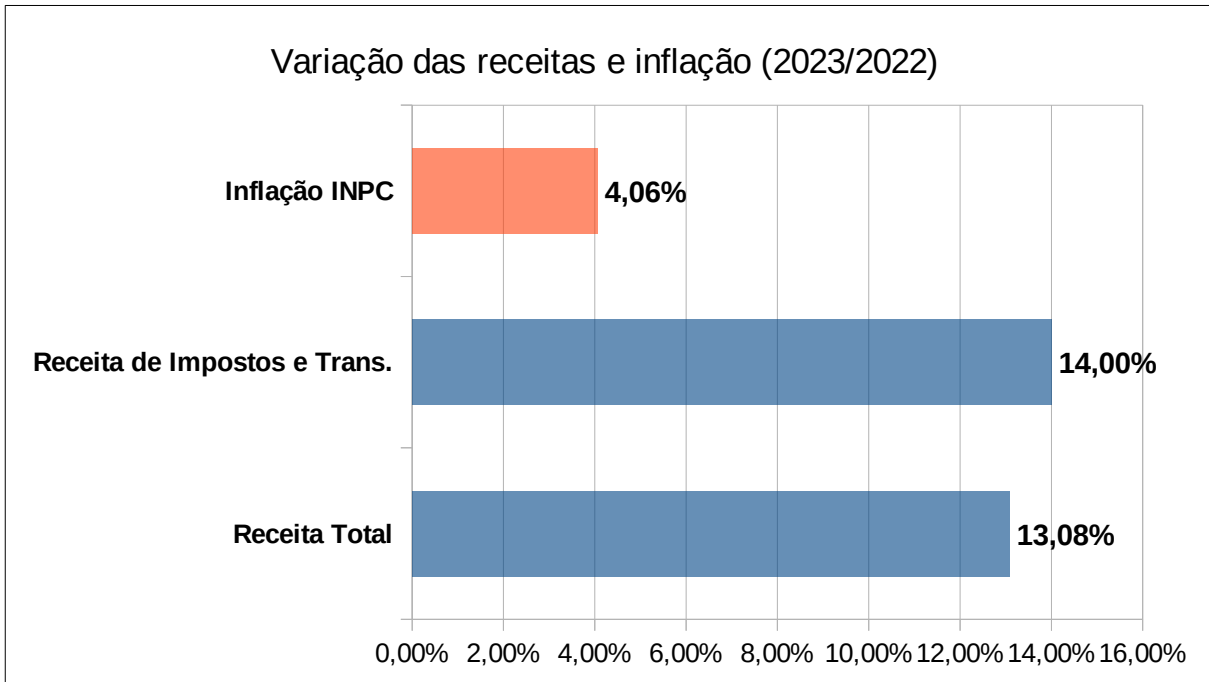
Considerações prévias: Os índices de 2023 relativos à educação e às despesas com pessoal foram maqueadas pelo abono conferido pela prefeitura aos professores da ativa no início de 2023. Esse abono, como explicaremos com detalhes no Boletim FUNDEB nº 1, estão relacionados ao pagamento dos atrasos estaduais nos repasses em 2018. Tais débitos foram pagos entre 2020 e 2022, aprisionados na forma de superavit do FUNDEB e em grande medida utilizados em seu conjunto no pagamento do referido abono. Esses valores foram contabilizados como despesas com pessoal e aplicadas à educação no ano corrente, inflando-as. No entanto, como sabemos, tais incrementos não foram orgânicos e deverão resultar em uma queda significativa desses índices no ano de 2024. Feita essa ressalva, vamos aos índices da prefeitura de Belo Horizonte até o segundo quadrimestre de 2023.

RECEITAS: Indicamos as receitas de Belo Horizonte realizadas até o segundo quadrimestre de 2023 em comparação com o mesmo período dos anos anteriores.

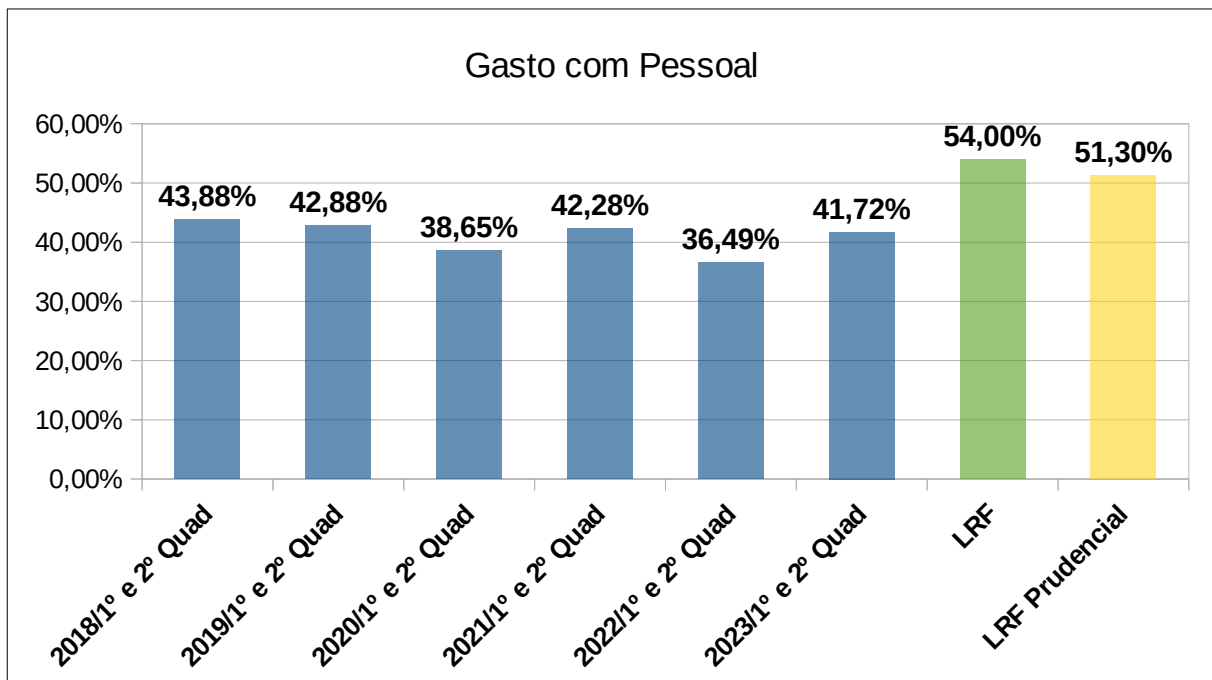
	2019/1º e 2º Quad	2020/1º e 2º Quad	2021/1º e 2º Quad	2022/1º e 2º Quad	2023/1º e 2º Quad	2023/2022	2023/2019
Receita Total	7.751.875.395	8.672.656.902	9.151.720.965	10.548.743.030	11.928.504.280	13,08%	53,88%
Receita Corrente Líquida (12 meses)	9.595.607.077	11.098.882.968	11.733.210.648	13.771.758.245	14.611.714.874	6,10%	52,28%
Receita de Impostos e Transferências	4.166.687.121	4.504.841.761	5.203.111.216	5.827.113.644	6.642.675.302	14,00%	59,42%
Superávit Orçamentário	1.111.505.536	1.900.196.127	1.622.133.404	2.248.355.865	2.052.054.555	-8,73%	84,62%

Considerações: Até o segundo quadrimestre de 2023, Belo Horizonte manteve o crescimento real de todas as suas receitas. A Receita Total, Corrente líquida e por Impostos e Transferências cresceram 13,08%, 6,1% e 14% respectivamente sob uma inflação acumulada de 4,06%. Houve queda apenas no Superávit Orçamentário que passou de 2,248 bilhões de reais ao fim do segundo quadrimestre de 2022 para 2,052 bilhões de reais no mesmo período de 2023. Ainda assim, esse superávit cresceu 84,62% em relação à 2019, quando a inflação acumulada no período foi de 49,34%.

Destaque: O crescimento das receitas foi real, isto é, acima da inflação registrado no período segundo o INPC. Isto significa que é possível reajustar os salários de todos os trabalhadores sem que se verifique um crescimento percentual nas despesas com pessoal.



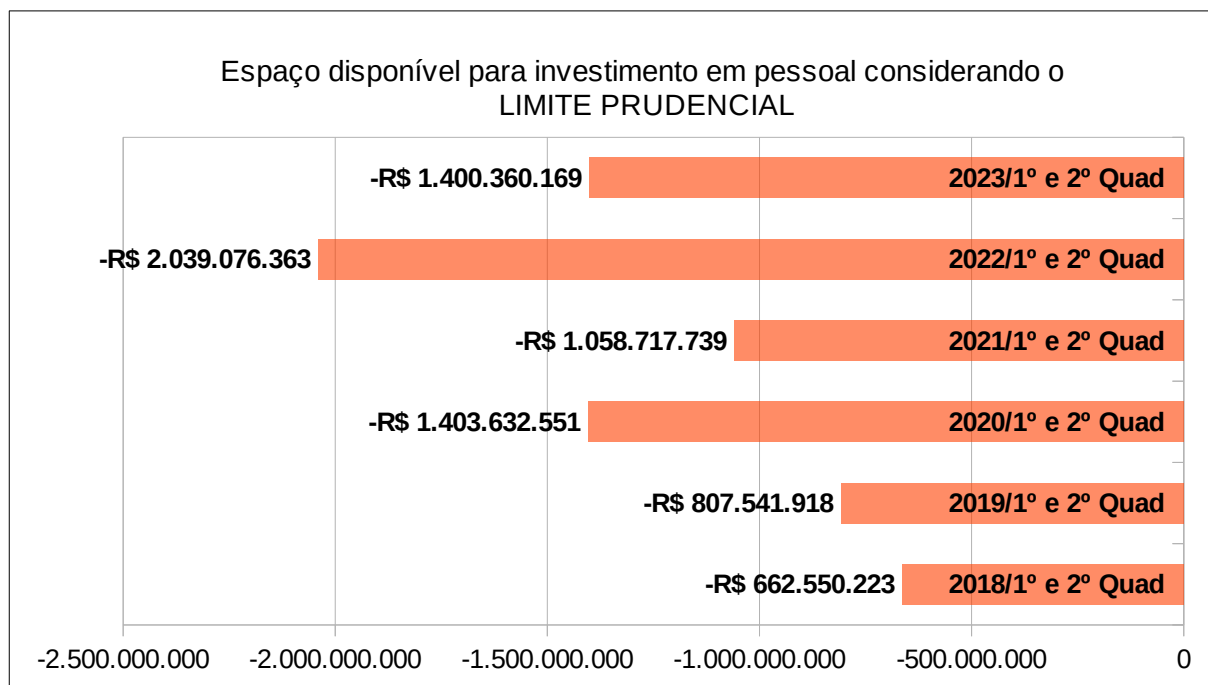
INVESTIMENTO EM PESSOAL: Indicamos os investimentos em pessoal nos últimos seis anos, bem como os limites previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). São dois os limites: o prudencial de 51,3% da Receita Corrente Líquida e o Limite de fato, de 54% da Receita Corrente Líquida. Os dados e limites em questão dizem respeito unicamente ao pessoal do executivo. Dizem respeito, ainda, aos 12 meses anteriores a contar do fim do segundo quadrimestre de cada ano.



Considerações: Apesar de um leve crescimento em 2023, quando as despesas com pessoal passaram de 36,49% para 41,72%, permanece a tendência histórica de queda nos investimentos totais em pessoal. O percentual investido em pessoal ficou quase 10 pontos percentuais abaixo do Limite Prudencial da Lei de Responsabilidade fiscal. Os espaços existentes para investimento nos

servidores, tendo em vista essa Lei, são enormes. Ressalte-se, ainda, que os valores relativos à 2023 foram inflados pelo pagamento de abono relativo aos atrasos do FUNDEB.

Destaque: Espaços existentes no orçamento dos anos interiores tendo em vista o Limite Prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.



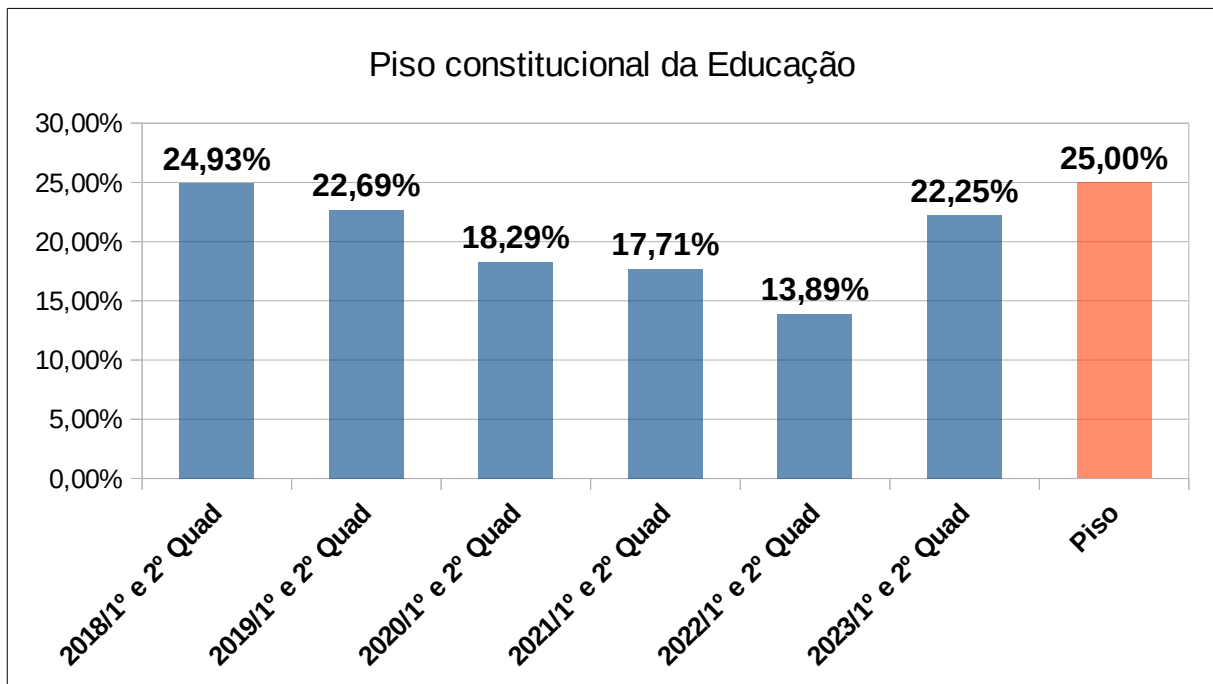
INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO: Indicamos abaixo os investimentos em educação e seu percentual em relação a Receita por Impostos e Transferências entre 2018 e 2023, bem como o total investido nos **profissionais do magistério (até 2020)** e com os **profissionais da educação (em 2021)** e também, seu percentual tendo em vista os limites em vigor até 2020 (60% do FUNDEB Bruto) e em 2021 (70% do FUNDEB bruto).

	2018/1º e 2º Quad	2019/1º e 2º Quad	2020/1º e 2º Quad	2021/1º e 2º Quad	2022/1º e 2º Quad	2023/1º e 2º Quad	Piso
Educação Básica	1.019.743.390	945.361.123	824.076.383	921.427.866	809.413.759	1.477.715.610	
Profissionais em educação	293.312.962	390.883.894	399.188.521	477.183.381	557.279.335	831.346.994	
% Piso Educação	24,93%	22,69%	18,29%	17,71%	13,89%	22,25%	25,00%
% Piso Salarial	80,47%	73,37%	65,60%	58,99%	58,02%	93,78%	70%/60%

* % 60 Prof. Magis. (até 2020) 70% Prof. Educ (em 2021)

Considerações: Segundo os dados divulgados pelo FNDE, há uma redução constante do total investido na folha salarial dos profissionais em educação. Conforme supúnhamos, os aportes extras feitos pela prefeitura aos professores no início de 2023 elevaram esse percentual. No entanto, na ausência de ganhos reais para o setor, ele deverá descer novamente nos anos seguintes.

Destaque: Vejamos o percentual investido nos profissionais da educação básica nos últimos 6 anos em relação à Receita por impostos e transferências.



DETALHAMENTO DAS RECEITAS PRIMÁRIAS: Indicamos abaixo a evolução das receitas primárias da prefeitura. Ressaltamos que a queda no FUNDEB verificada em 2023, deve-se ao fim do plano de pagamento dos atrasos estaduais de 2018, o que foi feito entre 2020 até meados de 2022.

RECEITAS PRIMÁRIAS	2019/1º e 2º Quad	2020/1º e 2º Quad	2021/1º e 2º Quad	2022/1º e 2º Quad	2023/1º e 2º Quad	2020/2019
RECEITAS CORRENTES (I)	7.045.892.515	7.972.294.488	8.461.097.432	9.647.690.460,04	10.613.910.078,96	10,02%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.944.980.382	2.916.813.740	3.460.380.109	3.861.109.613,36	4.340.115.023,02	12,41%
IPTU	1.130.761.228	1.126.513.080	1.268.672.336	1.399.073.278,87	1.494.918.758,31	6,85%
ISS	1.011.455.622	986.205.601	1.158.884.107	1.423.032.164,98	1.656.123.022,82	16,38%
ITBI	248.895.084	231.349.364	384.251.696	346.940.818,10	346.432.211,35	-0,15%
IRRF	242.998.969	278.299.050	309.789.537	319.090.773,00	434.359.044,13	36,12%
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	310.869.480	294.446.645	338.782.434	372.972.578,41	408.281.986,41	9,47%
Contribuições	250.735.698	263.694.079	306.972.214	352.197.390,63	114.403.329,92	-67,52%
Receita Patrimonial	215.658.352	175.428.009	188.625.621	451.179.923,89	455.489.270,43	0,96%
Aplicações Financeiras (II)	154.972.809	115.747.369	128.095.738	392.393.351,29	381.588.853,16	-2,75%
Outras Receitas Patrimoniais	60.685.544	59.680.640	60.529.883	58.786.572,60	73.900.417,27	25,71%
Transferências Correntes	3.394.085.535	4.422.255.642	4.344.469.293	4.748.399.821,59	5.209.885.327,41	9,72%
Cota-Parte do FPM	305.528.024	287.300.924	381.813.622	491.122.566,92	517.358.843,61	5,34%
Cota-Parte do ICMS	498.770.391	530.890.488	658.370.149	653.038.085,79	547.517.868,86	-16,16%
Cota-Parte do IPVA	429.979.341	701.062.327	622.391.648	726.148.443,16	1.072.409.567,59	47,68%
Cota-Parte do ITR	625.225	59.564	440.085	626.879,33	769.550,69	22,76%
Transferências da LC 87/1996	0	0	0	0,00	0,00	-
Transferências da LC nº 61/1989	6.222.934	4.820.561	7.413.873	7.232.575,66	5.102.071,81	-29,46%
Transferências do FUNDEB	529.442.363	606.386.354	803.748.638	932.475.847,19	872.328.477,96	-6,45%
Outras Transferências Correntes	1.623.517.257	2.291.735.423	1.870.291.278	1.937.755.423,54	2.194.398.946,89	13,24%
Demais Receitas Correntes	240.432.547	194.103.019	160.650.194	234.803.710,57	494.017.128,18	110,40%
Outras Receitas Financeiras (III)	67.496	1.284.192	27.111	0,00	0,00	-
Receitas Correntes Restantes	240.365.051	192.818.827	160.623.084	234.803.710,57	494.017.128,18	110,40%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	6.890.852.211	7.855.262.927	8.332.974.583	9.255.297.108,75	10.232.321.225,80	10,56%